

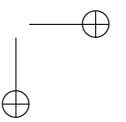
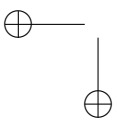
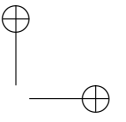
**INDIVIDUALIDADE E
SINGULARIDADE NAS
CORRELAÇÕES
MENTE/CORPO**



André Barata

2008

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Individualidade e Singularidade nas correlações Mente / Corpo*

Autor: André Barata

Colecção: Artigos **LusoSofia**

Direcção da Colecção: José Rosa & Artur Morão

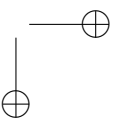
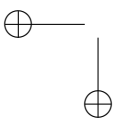
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

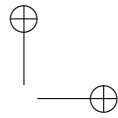
Logótipo: Catarina Moura

Paginação: José Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008



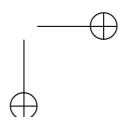
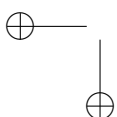


Individualidade e Singularidade nas correlações Mente / Corpo

André Barata
Universidade da Beira Interior

Resumo: Pretende-se, num primeiro momento, evidenciar que, mau grado uma afinidade aparente, os conceitos de individualidade e singularidade, tal como, na sua raiz, os de unidade e de unicidade, revelam um regime de convivência difícil, onde contrastam reconhecimento e resistência, repetição e o seu contrário, idealidade e acontecimento. Num segundo momento, procura-se concretizar esta mesma dificuldade num contexto particular, o da identificação de correlações mente/corpo. Aí, o esforço de reconhecer estados ou padrões mentais individuais encontra resistência na singularidade distintiva dos *qualia*. Mas, já por outro lado, se a singularidade é apenas atestável diferencialmente, i.e, sob a assunção de uma externalidade de que se distingue, então, no que respeita aos *qualia* e, por maioria de razão, aos estados de uma vida mental, a possibilidade de um apercebimento depende de uma auto-representação da vida mental.

1. Se falamos de indivíduos, não o fazemos a não ser por algo que nestes se deixa identificar como sendo da ordem do individual. O carácter evidente desta afirmação contrasta, porém, com a dificuldade em se determinar o regime desta identificação quando nos

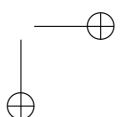
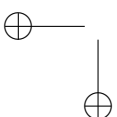




reportamos à classe dos indivíduos singulares. A unicidade convém ao singular como a unidade convém ao indivíduo, mas entre o que é *um* e o que é *único* não resulta fácil compreender como estabelecer um regime partilhável.

Com efeito, assumindo a impossibilidade de identificar algo sem, nisso, estar implicado um seu reconhecimento, ou seja, algo que não tivesse, antes, já sido de algum modo identificado, então, parece que uma condição de reconhecimento do que é individual residiria precisamente na sua não singularidade. Conversamente, uma condição do reconhecimento do singular consistiria na *resistência* ao reconhecimento da sua unidade, da sua unidade enquanto indivíduo. Paradoxalmente, diríamos que os indivíduos apenas se deixam reconhecer como indivíduos singulares justamente por resistirem ao reconhecimento da unidade que nos permitiria individuá-los. Das duas, haveria que optar por uma: ou temos indivíduos que, nessa qualidade, não são singulares, ou temos singularidades que, nessa qualidade, não se deixam individuar.

Talvez ainda haja espaço para uma terceira opção: a de uma individualidade experienciável, ainda que para lá da possibilidade de um qualquer reconhecimento objectivo. Com efeito, não satisfaz plenamente a ideia de que falamos de singularidade essencialmente porque falamos do que na realidade, individual ou não, resiste ao reconhecimento. A resistência ou irreduzibilidade ao reconhecimento pode ser valorada positivamente, marca de uma *alteridade* que excede os quadros de um reconhecimento possível. Lévinas, por exemplo, reportava a alteridade a uma metafísica, justamente fora do alcance de uma “logia”, especialmente uma ontologia. A experiência do singular, neste sentido comparável à da alteridade, não é simplesmente uma experiência deficitária, apenas identificável nessa qualidade. Tal como o outro, o singular dispõe de uma *pregnância própria* com que se mostra. Mas esta via, se nos expõe o singular, reitera, porém, a inexpressividade cognitiva da unidade do individual. Isto porque o singular, tal qual o outro, fica para



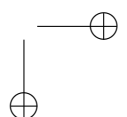
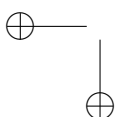


lá da possibilidade de um reconhecimento positivo. Seria objecto de experiência positiva, mas não de experiência objectiva. É como se estivesse lá, mas irreconhecível. O problema é desde Aristóteles bem conhecido: será possível uma outra ciência que não a do universal? Haverá conhecimento do singular?

Sob uma outra perspectiva, digamos dinâmica ou processual, em que privilegiemos a singularização e a individuação como processos, surpreende-se a possibilidade de uma inversão nos condicionamentos entre o individual e o singular. Se começámos por pensar o singular como aspecto contingente da individualidade – nem tudo o que é individual será singular, nem tudo o que faz *um* é *único* –, pensa-se, por vezes, de um ponto de vista processual, que é a individualidade, com a sua unidade característica, a estar dependente de uma singularização. Aliás, nesta inversão joga-se a própria noção de essência. Por exemplo, a ideia de que os homens se fazem a sua própria essência, de que, *essencialmente*, a sua individualidade reside na sua biografia singular, portanto não dada *a priori*, mas constituída numa história empírica única, remete para o singular como suporte real de uma individualidade que de outro modo permaneceria problemática.

Há que notar que a singularidade, neste caso, não está no sujeito de uma biografia, mas na biografia propriamente dita, e que é esta que confere individualidade ou unidade ao sujeito. Note-se também que falar de biografia a propósito da singularidade de indivíduos humanos, longe de constituir uma idiosincrasia ontológica do humano, encontra algum eco numa caracterização serial do singular, como a que Fernando Gil propõe – “*diferença* de cada situação relativamente a outras situações, dentro de uma série assintoticamente contínua”.¹ Desde logo, este diferencialismo do

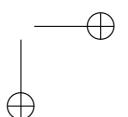
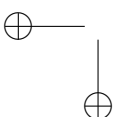
¹ “cada situação e cada ser se acham propriamente *enredados* numa infinidade de séries de determinações, sem que nenhum cálculo *a priori* possa fazer prever o *ponto onde* (...) todas aquelas séries se vão cruzar, acumular, e desenharem a situação específica. Por isso, a configuração desta é cada vez única.” (Gil, F. 2001, pp. 231-2).





singular chama a atenção para o facto de que a pergunta sobre se algo é, ou não, único apenas pode encontrar resposta nas condições externas disso que se indaga ser, ou não, único. Por outras palavras, a singularidade envolve, por princípio, um externalismo. Naturalmente, uma coisa é reportar, de forma pouco polémica, tal externalismo ao que julgamos ser singular, outra, bem diferente, é pôr o mesmo externalismo do que pode ser *único* como fundamento da unidade do que é individual. Fenomenologicamente, tornou-se habitual caracterizar a existência humana como um “estar fora”, o que faz sistema com uma singularidade que individual; mas não menos habitual é que justamente por isso se distingue a existência humana da dos restantes existentes.

2. Tendo por fundo este problema geral acerca da individualidade do singular, com os elementos entretanto expostos julgamos ser possível proceder a algumas considerações epistemológicas sobre as condições para um estudo da mente. Com efeito, parte da investigação científica sobre a mente tem passado pela identificação de correlações entre *padrões mentais* e *padrões neurais*. Identificar padrões começa, porém, por ser um problema em torno da sua individualidade – a saber, a que se deve a individuação de cada um dos dois tipos de padrão. Posto este problema específico, procuraremos, no que se segue, sustentar uma dependência da individuação dos padrões neurais relativamente à dos padrões mentais, no que se exprime uma necessidade de fazer fenomenologia na investigação científica de correlações mente/corpo. Mas, nesse campo específico, à possibilidade de individuação resiste uma singularidade bem patente nos *qualia*, i.e., nas propriedades da experiência de um objecto (em contraste com os *percepta*, i.e., as propriedades do objecto de experiência). Em termo mais gerais, vimo-lo atrás, a unicidade característica do singular exclui a possibilidade de uma unidade reconhecível e, portanto, de um indivíduo identificável. No entanto, será possivelmente essa mesma singularidade o





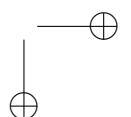
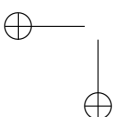
fundamento de uma individuação, ainda que não objectivável, dos *qualia*.

Finalmente, assumindo que todo o percebido resulta de diferenciações face aos outros percebidos, e que mesmo os *qualia* – na base de qualquer percebido – só são, por seu turno, identificáveis perceptivamente, i.e, enquanto *percepta*, então julgamos poder afirmar que a identificação de correlações mente/corpo não dispensa uma auto-representação, por parte da mente, da sua própria vida mental. Com isto, concluiremos, epistemologicamente, que não é possível uma ciência exclusivamente natural da mente; ao lado de uma abordagem naturalista, importará ainda, e necessariamente, uma abordagem análoga à das ciências humanas, em que menos do que a realidade, tal qual ela é, se tem como objecto de estudo o modo como a representamos.

3. São conhecidas as dificuldades envolvidas na simples identificação de *correlata* neuro-mentais. A este propósito escreve Kim, filósofo da mente que se tem batido pela tese de que os estados mentais sobrevêm (ou dito de outro modo: são sobrevenientes) a estados neurais:

Muitos dos nossos indícios para uma sobreveniência mente-corpo parecem consistir no nosso conhecimento de correlações específicas entre estados mentais e processos físicos (em particular, neurais) em humanos e outros organismos. Um tal conhecimento, embora extensivo e por vezes impressionante, é ainda bastante rudimentar, longe de completo (que sabemos nós, ou podemos esperar saber, acerca do exacto substrato neural para, digamos, o súbito pensamento de que estás atrasado com o pagamento da renda deste mês?)²

² “Much of our evidence for mind-body supervenience seems to consist in our knowledge of specific correlations between mental states and physical (in particular, neural) processes in humans and other organisms. Such knowledge, although extensive and in some ways impressive, is still quite rudimentary and far from complete (what do we know, or can we expect to know, about the exact





A mera definição de tipos de estados mentais é bastante problemática, pois não há uma única discriminação possível desses tipos, sendo muito heterogêneos, se não mesmo arbitrários, os critérios que regem a discriminação. Além deste problema, digamos, de ordem estritamente descritiva, há ainda que ter em conta o problema em torno do estatuto das ocorrências simultâneas, se é que se admite tais ocorrências. Admitindo-as, porém, perguntar-se-á, sob que procedimento será possível isolá-las, evitando assim o que poderíamos classificar como efeitos de contaminação entre ocorrências simultâneas de diferentes conteúdos ou actos mentais?

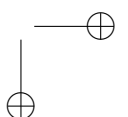
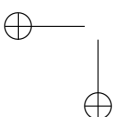
Em termos mais gerais, o problema relativo à identificação de estados mentais começa por ser, como indicámos atrás, um problema em torno da sua individualidade – a saber, se os podemos identificar como estados individuais, dotados de uma natureza discreta, com limites definidos, ou se, pelo contrário, a sua natureza é de tal modo que não seja possível individuá-los, pelo menos ao ponto de se poder afirmar que dados dois estados mentais, se verifica serem idênticos.

Por exemplo, não é notório que uma crença ou um estado de preocupação sejam ocorrências no sentido de um acontecimento relativamente ao qual sejam evidentes os contornos da sua ocorrência, a começar e a findar em tal e tal datas.

4. A própria noção de um estado mental individual é correlativa a um certo tipo de representação conceptual, pela qual é equiparado a um objecto definido espaço-temporalmente. George Lakoff e Mark Johnson, em *Metaphors we live by*, dão conta, justamente a propósito dos estados mentais, de substancializações metafóricas, a partir das quais se interpreta a mente como se de uma *máquina* operativa se tratasse³. E em que os estados mentais propriamente

neural substrate for, say, the sudden thought that you are late with your rent payment this month?" (Kim, J. 1994, pp. 580-581).

³ Lakoff & Johnson 1980, p. 27.





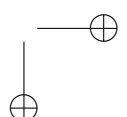
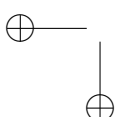
ditos são susceptíveis de medida quantitativa, por exemplo como quando se diz “é preciso *muita* paciência para acabar de ler este livro” ou se fala na *pressão* a que uma pessoa está sujeita, no *peso* das suas responsabilidades, tudo como se os estados mentais fossem partículas físicas, dotadas de massa e sujeitas às lei da queda dos graves.⁴

Mesmo não tomando em conta representações metafóricas dos estados mentais, que servem, de acordo com Lakoff e Johnson, como base para inferências acerca da própria vida mental das pessoas, a verdade é que a questão sobre o carácter individuado destas representações só poderia encontrar resposta sob a presunção de um outro acto intencional que tivesse por objecto aquelas representações e isto numa sucessão interminável que parece configurar um regresso ao infinito. Donde, não ser apenas por os estados mentais não nos serem dados sob coordenadas espaço-temporais que existe uma dificuldade em os identificar objectivamente. A própria objectivação é, em si mesma, um processo que tem sempre por condição actos intencionais. Retomaremos este ponto adiante.

Finalmente, uma última dificuldade no estabelecimento de tais correlações reside no facto de, entre o que há a identificar do lado mental, se ter de tomar em consideração diferentes estratos de *correlata* mentais. Com efeito, uma coisa é diferenciar mentalmente entre a percepção e a recordação, outra é diferenciar mentalmente os respectivos conteúdos representativos, ainda outra é fazê-lo no que diz respeito a tipos (por exemplo, a dor entendida abrangentemente) e no que diz respeito a exemplares (por exemplo, esta dor que sinto neste momento).

Com tudo isto, como estabelecer então uma correlação entre as duas ordens de acontecimentos relevantes, uma mental outra neural?

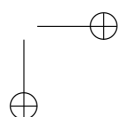
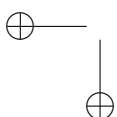
⁴ Lakoff & Johnson, *idem*, pp. 25-28.





5. Apesar de todas as dificuldades enunciadas em obter uma identificação individual de estados mentais, poderia parecer razoável defender, de um ponto de vista epistemológico, uma outra estratégia a fim de se alcançar pelo menos uma correspondência aproximativa entre a descrição de estados neurais e a de estados mentais. Tratar-se-ia de dar a iniciativa ao lado mais acessível, começando por realizar a identificação, relativamente individuada, de padrões de estados neurais. A razoabilidade desta estratégia assentaria na ideia de que procurando encontrar a situação mental que corresponde a um padrão neural bem determinado (e não o inverso, que seria, como se viu, bastante mais incerto), poder-se-iam reconhecer correspondências aproximativas, mas dotadas de um grau de determinação relativo, com estados mentais. Em circunstâncias laboratoriais, através de testes aí realizados, com um controlo apertado das condições de observação e, sobretudo, sob o efeito da repetição, obtêm-se – e é incontestável que já se obtiveram – resultados empíricos tão fiáveis quanto quaisquer outras generalizações com base empírica. Existem, hoje, técnicas muito eficazes (encabeçadas pela TEP, tomografia por emissão de positrões) que multiplicam o número de correlações. No limite, esta estratégia entrega a iniciativa identificadora à neurologia, competindo a uma fenomenologia informá-la das descrições reflexivas/intuitivas que obtêm das vivências, intencionais ou não, de uma consciência. Paralelamente, competiria às ciências cognitivas informar a neurologia das descrições funcionais que obtêm quanto aos desempenhos causais dos estados mentais.

Mas, em contrapartida, esta posição não pode deixar de ser disputada, uma vez que, por mais difícil que seja a tarefa de individuar fenomenologicamente estados mentais, a verdade é que a neurologia também não está capacitada a o fazer *via* uma individuação prévia de estados neurais. Por outras palavras, e empregando a terminologia de Damásio, a neurologia, sob a sua perspetivação na terceira pessoa, não acede a *padrões ou imagens mentais*, mas tão-

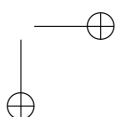




só a *padrões ou mapas neurais*⁵ que é capaz de individuar apenas em função de um estímulo e fazer variar ao longo de uma sucessão de estímulos diferenciados. Tais padrões até podem encontrar-se profundamente distribuídos quer na mesma região cortical quer em várias, seja simultaneamente, seja no intervalo de uma fracção de segundo. Mas, note-se bem, tais padrões neurais, mais ou menos distribuídos, só valem como um e um só padrão neural num dado instante sob a pressuposição de que, como correlato, haja um e só um padrão mental nesse mesmo instante (ou, caso se descarte a tese da sobreveniência instantânea, num instante anterior). Ora, isto devolve-nos o problema sem que nenhuma dificuldade tivesse, através desta via, sido efectivamente resolvida – Só sob a pressuposição de que haja correspondência com um e um só padrão mental em dado instante e sob dado estímulo, a neurologia pode, de facto, afirmar que individualizou um e um só padrão neural.

Um exemplo simples, mostra como, apesar de todas as dificuldades, é crucial o trabalho fenomenológico para a individualização de estados mentais e, conseqüentemente, para o estabelecimento rigoroso das correlações entre estados mentais e estados neurais, entre padrões ou imagens mentais, por um lado, e padrões ou mapas neurais, por outro. Naturalmente, a correlação entre estímulo exterior e padrão neural pode revelar-se constante, sucedendo o mesmo com a correlação entre estímulo exterior e padrão mental – sempre que me é picado o braço, este dói-me e no meu cérebro verifica-se certo padrão. Mas se a dor for acompanhada, o que sucede sempre, por uma série de outros estímulos, em cada ocasião

⁵ “Quando utilizo o termo imagem, quero sempre significar imagem mental. Padrão mental é sinónimo de imagem. Não utilizo a palavra imagem para me referir ao padrão de actividades neurais que pode ser encontrado, através dos actuais métodos da neurociência, nos córtices sensoriais quando eles estão activos – por exemplo, nos córtices auditivos em correspondência com uma percepção auditiva; ou nos córtices visuais em correspondência com uma percepção visual. Quando me refiro ao aspecto neural deste processo uso termos como padrão neural ou mapa. (...)” (Damásio 1999, p. 36).

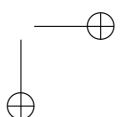
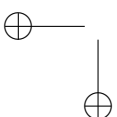




uma série diferente, então os padrões neurais e mentais variarão e eis que alcançamos o seguinte resultado – *distinguimos entre padrões neurais apenas porque distinguimos entre padrões mentais*. Mas se é assim, então não poderemos assumir, caso não queiramos incorrer na falácia da circularidade, a posição segundo a qual se defenderia que fosse através dos padrões neurais que se distinguiriam os padrões mentais.

Resumindo este ponto relativo à identificação dos estados mentais, poder-se-á afirmar: 1. Compete à fenomenologia individualizar estados mentais, compete à neurologia encontrar os correspondentes estados neurais. 2. A neurologia fixa padrões neurais individuais em função da individuação exposta fenomenologicamente. Se a correlação for fiável, tal fixação neurológica certifica *a posteriori* – por corroboração – a individuação fenomenológica. Se a correlação não for boa, sempre se pode pôr em questão se a individuação fenomenológica é correcta.

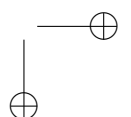
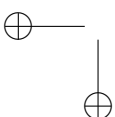
6. Admitindo que só através da individuação fenomenológica de estados mentais faz sentido, por assim dizer, a individuação de *correlata* neurais, fica ainda por saber como se poderá proceder à primeira individuação. Já nos deparámos com algumas das dificuldades que esta envolve. Uma delas prende-se com a consideração de dois níveis de padrões mentais – Entre *o objecto de uma experiência* e *a experiência desse objecto* vai uma diferença tão grande quanto a que opõe o repetível ao irrepetível ou, se se preferir, entre uma objectividade individuada e de algum modo dotada de uma *unidade* reconhecível, por um lado, e uma experiência singular, equiparável a um acontecimento que, na sua ocorrência, vale mais pela sua *unicidade* do que pela sua unidade. Por exemplo, a dor-objecto que reconheço estar a sofrer em ocasiões distintas é de certo modo a mesma, mas não é ela mesma mais real do que uma idealidade que reconhecemos em ambas as ocasiões. Da diferença deste *tipo* de dor face a outros podemos basear a distinção entre dois *tipos* de





estados neurais, mas não mais do que isso. Já a dor-experiência que sinto em dado instante como que está agarrada à sua ocorrência – tal qual dizemos que a história não se repete duas vezes, ou que não nos banhamos duas vezes nas mesmas águas de um rio, também as dores nunca são as mesmas. Neste sentido, já o vimos, *unidade* e *unicidade* resultam categorias mutuamente excludentes. Assim, proceder à individuação fenomenológica de estados mentais é uma tarefa que encontra obstáculo na experiência dos *qualia*. Da dor que me acontece em dado momento posso dar uma descrição em aberto, mas nada que a permita reconhecer na sua unidade. Em consequência, um padrão neural que lhe corresponda fica por determinar na sua unidade.

É claro que distinguimos entre estados mentais, mesmo no sentido qualitativo – agora, estou alegre, há pedaço não; agora vejo um certo verde; ainda há pouco via um verde diferente, etc. Saber, porém, se é de um estado mental que se trata, a cada instante, ou de mais do que um, já o vimos, não resulta fácil. Julgamos poder dizer que não temos maneira de saber de um estado mental “elementar”; nem sequer sabemos se uma tal ideia de estado mental elementar não é, ela mesma, apenas mais uma maneira metafórica de nos representarmos os nossos estados mentais, como quando falamos da complexidade de um estado de espírito. Descartada a hipótese de aplicação de um método que visasse isolar um estado mental na sua “pureza” elementar, então, a se proceder a uma individuação, só pode ser levada a cabo através de diferenciações a partir de outros estados mentais reconhecíveis – este verde é um outro verde, concludo então que há dois verdes pois. Se, admitirmos, além disso, que a possibilidade de reconhecimento está assente, por sua vez, na capacidade de diferenciar (reconheço um qualquer *tipo* de verde por algo que tenha de diferente face ao que já conhecia), então, é a singularidade, com o externalismo que começámos por apontar atrás, que vai individuando a nossa representação dos nossos estados mentais. Note-se que, assim, a singularidade





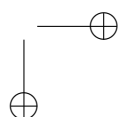
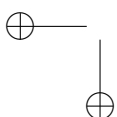
respeitará também aos *tipos* de estados mentais. Diferenciamos-os por se mostrarem irreduzíveis ao reconhecimento até então disponível. Simplesmente, tais diferenciações não são necessariamente as mesmas. Já entrámos no campo das representações que nos fazemos dos estados mentais. Ou, mais precisamente, admitimos que a individuação dos estados mentais depende das representações que deles nos fazemos.

7. Procurámos mostrar que a apreensão da unidade que nos permite reconhecer tipos de estados mentais depende da representação que nos fazemos deles através de diferenciações relativamente a outros tipos de estados mentais. Este ponto leva-nos a evocar, ainda que a partir de um contexto distinto, um aspecto importante da epistemologia das ciências sociais que Hayek formulou.

Ao descobrir a epistemologia popperiana, Hayek deu-se conta de que as ciências sociais, quando procuravam, por uma espécie de mimetismo, seguir uma metodologia indutiva pretensamente científica, mais não faziam do que seguir uma representação enganadora do que seriam as ciências naturais. Ao modelo exaltado do positivismo científico – aquilo a que Hayek chamava depreciativamente “cientismo” – afinal, nada correspondia, nem nas ciências sociais nem nas naturais.⁶

Com isto, pareceria que Hayek assume para as ciências sociais tudo o que Popper assume para as ciências naturais. Mas não é tanto assim e isto por duas razões. Em primeiro lugar, a *complexidade* nas ciências sociais implica que a informação nunca seja completa, pelo que as predições só poderão dispor de um alcance limitado e genérico. Por esta razão, de acordo com Hayek as ciências sociais apenas obtêm padrões de predição, incapazes de expli-

⁶ As relações entre Hayek e Popper são bem conhecidas, sendo discutido o alcance da influência do pensamento de cada um deles no do outro. Cf. Cadwell, B. 2002. Só como nota de curiosidade, Popper dedicou o seu *Conjectures and Refutations* (de 1965) a Hayek, que, por seu turno, dedicou o seu *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (de 1967) a Popper.



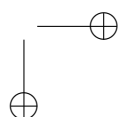
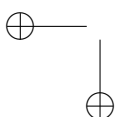


car eventos singulares. Em segundo lugar, sobretudo em *Scientism and the Study of Society*, Hayek clarifica que os factos tratados pelas ciências sociais não são da mesma natureza que os factos tratados pelas ciências naturais: naqueles não importam as propriedades físicas dos objectos, mas as crenças, expectativas e intenções que as pessoas detêm acerca desses objectos e isto num contexto de interacção entre agentes. Sobre este ponto, e no contexto das ciências sociais, Hayek dá a seguinte ilustração:

Um fármaco ou um produto de beleza, por exemplo, não são considerados, à luz da investigação sociológica, como coisas capazes destes mesmos efeitos... O que importa para as ciências sociais não é que estas leis da natureza sejam verdadeiras ou falsas em sentido objectivo, mas que os homens assim as considerem e que, portanto, se comportem de acordo com esta convicção.⁷

Quer isto dizer que, pelo menos para Hayek, o objecto da investigação científica nas ciências sociais integra necessariamente crenças, expectativas, intenções. E se, metodologicamente, o que se obtém são explicações científicas através de modelos de análise, então nas ciências sociais estarão em jogo crenças em regularidades acerca de crenças. Indo um pouco mais longe, se não importa se as leis da natureza são, ou não, verdadeiras, mas antes se as pessoas assim as consideram, e não havendo nenhuma razão de princípio para que se não diga o mesmo relativamente a supostas leis ou regularidades nas ciências sociais, então estas serem verdadeiras não será tão importante quanto as pessoas assim as considerarem. Ora, *mutatis mutandi*, parece ser precisamente essa a condição que rege a identificação de estados mentais individuais, estejamos a falar de exemplares ou de tipos.

⁷ Hayek, 1952, p. 415.





Bibliografia

- Damásio, A., 1999. *O Sentimento de Si – O corpo, a emoção e ao neurobiologia da consciência*. Lisboa: D.Quixote.
- Gil, F., 2001. *Mediações*. Lisboa: IN-CM.
- Hayek, F. A. Von, 1952 *The Counter-Revolution of Science. Studies on the Abuse of Reason*. Indianapolis: Liberty Press.
- Kim, J., 1994 “Supervenience” in: Guttenplan, S. 1994 *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford e Malden MA: Blackwell Publishers.
- Lakoff & Johnson, 1980 *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.

